

PREFÁCIO

ERA PRECISO QUE ESTE LIVRO fosse escrito.

Em primeiro lugar, porque relata uma batalha de ideias ocorrida na França há alguns anos, da qual não tenho certeza que se tenha mensurado toda a importância.

Em seguida, porque aponta, além das particularidades dessa batalha, além de sua lógica própria e do que nela estava em jogo, uma ideologia em formação, cuja nocividade eu estou ainda menos persuadido de que se saiba a extensão.

EM RELAÇÃO AO PRIMEIRO PONTO, não há dificuldade.

Agnès Aflalo foi a primeira a retratar a história desses poucos meses muito estranhos, em que se assistiu, como ela diz, a uma tentativa de assassinar a psicanálise como tal.

Tudo começou no dia 8 de outubro de 2003, com uma emenda encaminhada ao Parlamento por um deputado até então completamente desconhecido, Bernard Accoyer, que pretendia “regulamentar” a profissão de psicanalista.

Parte da opinião pública, valendo-se de um estoque de preconceitos tão idosos quanto a própria psicanálise, seguiu seu exemplo e se propôs a explicar-nos que não era normal confiar a saúde mental a pessoas malformadas, ou sem nenhuma formação, cuja prática não era transparente e não estava submetida a regras conhecidas por todos.

Ao vislumbrar a ocasião sonhada para saldar contas antiquíssimas, arbitrar querelas de outrora e, tal como um Daniel Widlöcher, deixar explodir a céu aberto o ódio secretamente nutrido por Jacques Lacan, em razão de sua fidelidade genial à herança, de seu rigor científico livre de todo cientificismo, alguns praticantes tentaram caucionar uma lavagem cerebral, querida e posta em marcha pelo Estado, cuja saída só poderia ser a transformação dos psis num corpo de perfeitos da alma, formados por esse mesmo Estado, prestando contas a este e participando de uma gestão dos corpos, das almas e, de maneira geral, do tecido social.

Assim, durante esses meses, a ideia foi, de fato, apagar a singularidade da prática e do discurso analíticos, reintegrá-los no campo de um saber médico do qual Freud e justamente Lacan os haviam explícita e felizmente retirado; esquecer, por exemplo, que as noções de saúde mental, cura e patologia, a rigor, não têm sentido para um freudiano rigoroso. E tudo isso, uma vez mais, para a grande felicidade de um poder que encontrava aí os meios de estender seu império sobre uma região do Ser que, por coincidir com as zonas mais íntimas, por recobrir a relação específica com a verdade e com a dor da verdade própria ao sujeito falante, e por sua intriga só ter como fio para tecer-se a enigmática relação urdida, no segredo das almas, entre um sujeito e seu próximo, soube permanecer, como pouquíssimas outras, fora de suas malhas.

Faltou pouco, conta Aflalo, para que essa ofensiva triunfasse.

Faltou *muito* pouco para que a opinião esclarecida fosse tragada por esse populismo matizado de positivismo e de ódio do pensamento.

Esse pouco?

A resistência de um punhado de psicanalistas que se recusaram a negar a ideia simples segundo a qual o inconsciente é estruturado como uma linguagem e não tem muito a ver com as químicas moleculares ou cerebrais a que os neocognitivistas pretendiam reduzi-lo

O reforço de alguns intelectuais – Philippe Sollers, Jean-Claude Milner, Catherine Clément e eu mesmo –, que souberam compreender que a tentativa de reinserir a psicanálise na psicologia e na vontade de reduzir o corpo e seus sintomas a um simples punhado de matéria vulgarmente nomeada de organismo ia muito além da

corporação analítica, ameaçando inclusive a ideia que se tinha do humano e de sua possível liberdade.

Um ministro da Saúde corajoso, Philippe Douste-Blazy, que repudiou, em fevereiro de 2005, num dos Fóruns Psis que se multiplicaram nesse período e denunciaram a impostura em marcha, um relatório do Instituto Nacional da Saúde e da Pesquisa Médica (INSERM), segundo o qual o sofrimento psíquico seria um dado mensurável, uma grandeza avaliável, um distúrbio que a vontade universal de curar saberia fazer voltar à linha, reduzir e, portanto, “curar”.

E, enfim, um homem, grande personagem de minha geração, que havia anos só se fazia notar de tempos em tempos, discretamente e pela edição da obra de outro, o mesmo Jacques Lacan, a quem parecia ter devotado sua vida com dedicação, abnegação e humildade que sempre me pareceram enigmáticas; um homem que, ao enxergar nessas manobras um novo episódio da longa guerra travada pelos mecânicos da alma contra o freudismo e também por muitos dos supostos freudianos contrários ao ensino de Lacan, reencontrou não só o ânimo de cólera e revolta, mas também o sentido político de sua juventude maoísta, para se erguer contra a infâmia: dar o sinal de alerta na cidade e, além dela, impulsionar, animar, multiplicar esses famosos Fóruns, que foram demonstrações de substância e de inteligência em que se revelou, entre outras coisas, a força do ressentimento em ação naqueles que sonhavam apenas tornar ilegal, literalmente ilegal, o freudismo consequente (o único?) que é o legado de Lacan.

A história, por vezes, se prende a um fio.

Nessa questão, não se deve esquecer que esse fio tem o nome de um homem: Jacques-Alain Miller.

O SEGUNDO PONTO, todavia, é ainda mais relevante.

E este livro é igualmente meritório por expô-lo com vigor e clareza.

Tudo começou com essa tentativa de assassinato? Ou esse próprio atentado frustrado era o sinal de um mal-estar que não dizia seu nome? Não sei. Mas seria preciso ser surdo – e Agnès Aflalo

certamente não é surda! – para não ver revelar-se aqui, à guisa de tal cognitivismo e de seus subprodutos, ao abrigo de uma língua, a um só tempo, nova e muito velhota em que o cientificismo mais obtuso rivalizava com o bom senso mais simplório, uma ideologia da qual a psicanálise era a primeira, mas certamente não a única, vítima.

Na companhia de outros, Agnès Aflalo a chama de ideologia da avaliação. Esta se assenta num postulado: o homem é calculável, objeto de medida por inteiro, sua alma tanto quanto seu corpo, seus sofrimentos sejam eles físicos ou psíquicos, estando toda a aventura do pensamento e, além dele, da subjetivação reduzida a uma maquinaria reificada, cujas engrenagens não sugerem nenhum mistério – uma sorte de hermenêutica tornada louca, pois fundamentada na utopia de um sentido total, sem resto, purgado de toda nossa parte de sombra, opacidade e sem sentido.

Esse postulado supõe uma regressão que, dez ou 20 anos atrás, pareceria propriamente impensável a qualquer espírito moderadamente esclarecido, a saber, o esquecimento do gesto constitutivo da modernidade, pelo qual a ciência: a) renuncia a nada saber, contrariamente ao que ambicionava no tempo de Aristóteles e de Platão, sobre as “qualidades” do Ser; b) escolhe se concentrar no que, nesse Ser, decorre da “quantidade” e sofre por deixar-se reduzir a uma combinatória bem agenciada de números e letras; c) organiza um local, como Kant no famoso gesto crítico fundador que limitava o saber para dar lugar à fé, a um conhecimento de outro tipo que pode ser a metafísica, a poesia ou – por que não? – a psicanálise – uma espécie de galileísmo histericizado, também tornado louco, por ter sido vencido pelo demônio do cânone, do totalmente comensurável, da troca generalizada.

A mesma regressão tem uma consequência constitutiva, desta feita, da ideologia da avaliação: a transformação do sujeito em objeto; a redução da infinita diversidade dos sujeitos numa massa não indiferenciada, mas na qual só se estabelecem diferenças por meio de graus imperceptíveis; em outras palavras, o triunfo desse homem sem qualidade, ou melhor, sem *qualidades*, já que não passa de *quantidades*, anunciado por Robert Musil, cabendo à nossa época, um século depois, precipitar seu nascimento e o seu reinado.

Essa ideologia opera junto àqueles que avaliam o “custo” da saúde numa democracia e concluem, por exemplo, que é melhor pensar um doente grave do que tratá-lo.

É ela que opera nas práticas pedagógicas que aparecem aqui e ali, e atribuem à escola a tarefa de detectar, na mais tenra idade, o potencial delinquente da criança, seu possível futuro criminoso, e tratá-la.

É contra ela que batalham, no momento em que escrevo estas páginas, os pesquisadores e universitários franceses em luta contra a Reforma Péresse, ou seja, para ser claro, contra a vontade de classificar os discursos e, em particular, os discursos de verdade, em função do número de artigos publicados por um pesquisador, do número de suas páginas, do número de citações, ou de citações de citações das quais esses artigos foram objeto, ou do número de cópias em circulação das revistas em que essas citações apareceram – o método Google aplicado à vida do espírito; o discurso de um revisionista do 11 de setembro que é mais valorizado, se não prestarmos atenção a isso, do que o de um erudito em ciências sociais menos clicado e acessado; o inanimado da enumeração, da classificação, do “ranking”, se apoderando da vivacidade da pesquisa em curso –; o software que permite preencher as fichas dos dados bibliométricos desde então exigidos dos pesquisadores não se chama “publish or perish”? O pesquisador não se torna uma espécie de autômato a quem se pede para produzir por produzir, em série, em cadeia, sem outra preocupação a não ser a de gerar a quantidade de saber, original ou não, exigida pelos avaliadores onipotentes, os quais, diga-se de passagem, jamais são avaliados?

Pois o menor dos méritos deste livro não é dar, de uma só vez, a matriz teórica e o fruto de todas essas práticas avaliadoras.

A matriz: uma histeria do número; uma idolatria do número; a intrusão da técnica nos domínios que ainda lhe resistiam. Em suma, e para dizê-lo numa palavra, o triunfo do nihilismo e, talvez, seu estádio supremo.

O resultado: uma humanidade indexada nessa visão técnica do mundo; a extensão ilimitada desse imperativo de pureza, de transparência, em que diagnostiquei, há muito tempo, a visada mais re-

cente dos poderes modernos; em outros termos, a aparição de máquinas de governo que, apoiadas no bem que supostamente fazem aos sujeitos ao torná-los transparentes a si mesmos, bem como ao olhar do outro, forçam suavemente seu consentimento e, se preciso for, prescindem dele. Em suma, o advento de uma forma de servidão, voluntária ou não, que se alimenta do charlatanismo e não cessa de retornar a ele.

Porque encontra as palavras e os gestos para desmascarar essa impostura, este é um livro libertador.

Porque nos transmite o código da nova máquina, e algumas das boas ferramentas que permitem embaralhá-lo, este livro é um breviário de resistência.

Que se aproximem dele todos aqueles que, com os olhos voltados para os antigos modos de tirania, aceitem o desafio de desfigurar o rosto decididamente humano que ela vem assumindo. Eles encontrarão aqui um belo e bom arsenal de armas necessárias à contraofensiva que, agora, se impõe.

11 de abril de 2009

Bernard-Henry Lévy